

Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Criminal: das rogatórias ao auxílio direto

Laura Rodrigues dos Santos, Nereu José Giacomolli (orientador)

Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – Direito, PUCRS, Instituto FADIR, Pesquisa FAPERGS-PUCRS

Resumo

Introdução

Vários problemas de aplicação dos acordos internacionais subscritos pelo Brasil, mormente em face das especificidades dos ordenamentos jurídicos e das garantias processuais penais constitucionais são criados pela inexistência de uma lei brasileira específica, acerca da cooperação jurídica internacional. Essa situação também não está consolidada nos Tribunais Superiores. A pesquisa tem como objetivo investigar quais são os mecanismos que o Brasil utiliza na cooperação jurídica internacional, na investigação criminal e na produção de provas no âmbito criminal e, em um segundo momento, investigar se os acordos internacionais firmados pelo Brasil possuem conformidade com a Constituição Federal, especialmente com os direitos fundamentais.

Metodologia

A técnica de pesquisa situa a investigação em fontes de documentação diretas, tanto na perspectiva de fontes primárias (pesquisa documental), quanto secundárias (doutrina e jurisprudência).

Resultados e Discussão

A perspectiva de resolução dos problemas, primeiramente, passa pela compilação dos fragmentos da legislação acerca da cooperação jurídica internacional em matéria de investigação e provas na apuração da criminalidade internacional. De acordo com o

cronograma da pesquisa e, considerando que ela teve início em agosto de 2011, até o presente momento, foi feita a catalogação dos dispositivos legais previstos nos vários diplomas internos sobre a cooperação jurídica internacional em matéria criminal, bem como a condensação das convenções internacionais e dos acordos internacionais firmados pelo Brasil, destacando os aspectos referentes à cooperação jurídica internacional.

Conclusão

A inexistência de uma lei específica acerca da cooperação jurídica internacional permite uma resposta prévia, ainda que provisória, do aumento dos problemas na investigação e na prova criminal no âmbito da criminalidade internacional. O fenômeno da globalização também rompeu as fronteiras da criminalidade, fazendo-se mister, ao longo da pesquisa, uma abordagem dos mecanismos internacionais da cooperação jurídica internacional, a partir da Constituição Federal e dos diplomas internacionais de proteção aos Direitos Humanos.

Referências

BALTAZAR Jr., José Paulo e LIMA, Luciano Flores de. *Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal*. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2010.

BAPTISTA, L.O. *O MERCOSUL, suas instituições e Ordenamento Jurídico*. São Paulo: RT, 1998;

GOYARD-FABRE, Simone. *Os Fundamentos da Ordem Jurídica*. SP: Martins Fontes

SEITENFUS, Ricardo. *Manual das Organizações Internacionais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.